

Bresser tenta mudar texto de Cabral

Mas constituintes mantêm reforma. União perderá 26 por cento das receitas

O ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, não conseguiu convencer, ontem, lideranças da Constituinte e parlamentares que participaram da Submissão de Tributos a mudar o texto do projeto no capítulo de reforma tributária que prevê uma redução de, aproximadamente, 26 por cento da receita da União, enquanto haverá um aumento de 33 para 50 por cento das transferências de recursos federais para os Estados e Municípios.

É impraticável a mudança no projeto, disseram os constituintes — entre os quais os senadores Virgílio Távora (PDS-CE), Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) e Severo Gomes (PMDB-SP), porque existe um problema básico de reivindicação política dos Estados em favor de aumento de participação nos recursos arrecadados pelo governo e dificilmente os constituintes aceitarão uma reversão do que ficou decidido até agora.

A impossibilidade de alteração do texto constitucional, entretanto, fará com que o Governo federal perca do total da sua receita de 100 por cento cerca de 6 por cento, conseqüentemente será impraticável a execução do orçamento no próximo ano — "o orçamento não fechará", disse o ministro Bresser Pereira, sugerindo que a nova Constituição, no capítulo da reforma tributária seja colocada em prática a partir de 1989 e não 1988.

O adequado, segundo Bresser Pereira, seria a obtenção de um acordo que permitisse um aumento das transferências de recursos em torno de 40 por cento e não de 50 por cento para os Estados e Municípios. O deputado José Serra discordou das previsões do ministro e do secretário da Receita Federal, Antônio Augusto de Mesquita Neto segundo as quais haveria uma redução de 26 por cento da receita tributária da União a partir da aprovação da reforma tributária. Contra-argumentou que a perda não passará de 18 por cento. Mesquita discordou e ressaltou que Serra incorporava a arrecadação do

Finsocial que não é um tributo, por ter a receita previamente alocada.

O ministro Bresser Pereira revelou-se bastante preocupado com o fato de que a reforma tributária formulada pelos constituintes reduzirá em 26 por cento do Produto Interno Bruto as receitas da União, mas não convenceu os parlamentares.

Excetuando a impossibilidade de mexer nos percentuais relativos às transferências de recursos da União para os Estados e Municípios sobre os quais os constituintes não admitirão alterações, sobrará a possibilidade de negociação em alguns pontos: 1 — o Governo insistirá na necessidade de manter a sobrevivência dos empréstimos compulsórios, para ter liberdade de gerenciar a economia ("a Petrobras foi construída graças aos empréstimos compulsórios", lembrou Bresser Pereira), 2 — não abrirá mão de cobrar o Imposto Territorial Rural (ITR), atualmente de responsabilidade do Inca que passaria à responsabilidade da Receita Federal, 3 — garantir exclusividade à União de instituir impostos residuais, 4 — garantir a manutenção da interioridade de criação de impostos por período inferior a dois anos, e 5 — que o Imposto sobre Produtos Industrializados continue gerenciado pelo Governo federal e, no caso de a receita de um destino aos Estados e Municípios, a do outro seria exclusiva da União, para evitar desequilíbrio muito fortes.

O titular da Fazenda insistiu que continuará argumentando junto aos parlamentares da conveniência de se promover uma transferência menos excessiva, na sua opinião, para Estados e Municípios, para dar margem ao Governo de executar o orçamento, mas lembrou que é importante a descentralização administrativa, desde que com os recursos sejam transferidos responsabilidades. Esse ponto foi um dos pontos em que houve acordo entre as duas partes: os Estados e Municípios receberão mais dinheiro, mas deverão assumir maiores responsabilidades.

EUGENIO NOVAES



Arinos, Ulysses e Cabral: passageiros solidários da nau Constituinte, enfrentam tormentas na busca de porto seguro para o País

Cabral vai insistir com parlamentarismo

O relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral (PMDB-AM), garantiu ontem que, apesar das reações contrárias, irá manter o parlamentarismo como o sistema de governo no seu segundo substitutivo, "por uma questão de coerência". Ele admitiu, entretanto, que essa forma poderá ser derrotada na Comissão de Sistematização por apenas 47 votos. Neste caso, passaria ao projeto o presidencialismo, que no plenário da Constituinte só seria derrubado com 280 votos.

— Sou forte agora nesta fase, porque tenho autonomia para acatar a proposta parlamentarista. Mas esta fortaleza pode cair no plenário da Comissão de Sistematização — observou Cabral.

Descartando categoricamente a possibilidade de aceitação de qualquer proposta que sugira o sistema presidencialista puro, o relator informou que os grupos de consenso coordenados pelo senador José Richa (PMDB-PR) e o deputado Euclides Scalco (PMDB-PR), estão trabalhando junto aos 93 membros da Sistematização, na busca de uma fórmula conciliatória para o parlamentarismo que deseja manter em seu segundo substitutivo.

As discussões estão-se desenvolvendo a partir de três propostas. O texto do atual substitutivo, que propõe o parlamentarismo clássico; uma emenda do senador José Fogaca (PMDB-RS), que mantém o sistema parlamentarista "mitigado", separando as atribuições do chefe do Estado (presidente) e o chefe do Governo (Primeiro-Ministro) de forma a facilitar o entendimento com os defensores do presidencialismo, e por fim, uma emenda elaborada pelo jurista Miguel Reale Júnior, assessor pessoal do presidente Ulysses Guimarães, sugerindo o presidencialismo com o Parlamento forte.

O resultado destas conversações será levado amanhã ao relator Bernardo Cabral pelo senador José Richa, para que formule a proposta final sobre sistema de governo, no texto do substitutivo. "Pode até ser uma fórmula de parlamentarismo diferente do texto atual, mas tenho certeza de que não virá o presidencialismo puro. O que estamos todos interessados é que o sistema de governo não se transforme em uma crise institucional", explica Cabral, alertando que a sugestão de Ulysses Guimarães, do

presidencialismo mitigado, encaminhada através de Reale, será tratada dentro do contexto da busca de consenso, podendo ou não ser aproveitada. "Tudo vai depender do consenso", disse.

SIMPATIA

O relator revelou também que o presidente José Sarney realmente reclamou pelo fato de não ter sido chamado para discutir a questão do sistema de governo. "Como presidente, você poderia ter conversado comigo sobre este assunto", teria dito Sarney quando Cabral justificou que não havia procurado porque tinha a convicção de que o próprio Presidente era parlamentarista confesso.

— Eu tinha esta impressão de que o presidente Sarney era parlamentarista, mas ele mesmo se encarregou de me esclarecer que tinha apenas simpatia por este sistema, e que, por convicção, é mesmo presidencialista — informou Cabral.

No final, o relator confirmou que, se não se chegar a um consenso, o que considera muito difícil, o sistema de governo só deverá ser decidido no voto, em plenário.

PFL quer maior prazo de emendas

O presidente do PFL, senador Marco Maciel, pediu amanhã ao presidente da Constituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, para que o prazo para apresentação de emendas ao substitutivo do relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, seja ampliado até a próxima sexta-feira. O PFL recusa o prazo atual, que terminará quarta-feira, não seja suficiente nem mesmo para as negociações internas do partido. Hoje, o senador Marco Maciel e o grupo encarregado de avaliar o substitutivo pelo partido decidiram reunir amanhã os pefelistas que participam dos vários "blocos" parlamentares da Constituinte — e que também integram a Sistematização, como Sandra Cavalcante (RJ) e Alcení Guerra (PR) — para discutir mudanças no texto.

EMENDAS

Ao mesmo tempo em que o líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB/BA), tenta ampliar o espaço do Conselho de Defesa Nacional no Substitutivo do relator Bernardo Cabral

(PMDB/AM), a deputada Cristina Tavares (PMDB/PE) o compara ao atual Conselho de Segurança Nacional, considerando-o "instrumento típico dos regimes militaristas", e apresenta emenda para abortar a sua criação. São três posições diferentes — incluindo a do relator — num mesmo partido, que servem para ilustrar o clima de guerra da Constituinte enquanto grupos suprapartidários ganham espaço na imprensa anunciando a busca do consenso.

Somente ontem foram apresentadas 473 emendas ao substitutivo de Bernardo Cabral, numa corrida que quase duplicou o movimento dos três primeiros dias. De 253 no domingo, o número de emendas foi para 726 às 20 horas de ontem, quando a Comissão de Sistematização encerrou o recebimento no dia, numa mostra de que o ritmo tende mesmo a crescer, ainda mais considerando as sucessivas reuniões que tanto a esquerda como a direita vêm realizando para elaboração de emendas conjuntas que representem o pensamento de seus respectivos grupos.

Parlamentar indaga custo do "monstro"

O substitutivo do relator "é um monstro que não homenageia a vasta cultura de seu autor, intranquilo a Nação e desacredita a classe política perante a sociedade" — afirmou ontem o deputado Nyder Barbosa (PMDB-ES), ao encaminhar ao deputado Ulysses Guimarães requerimento de informações sobre os gastos até agora realizados pela Constituinte.

Ex-secretário de Fazenda do Espírito Santo, o deputado indaga quanto foi gasto com máquinas, equipamentos, papel e instalações físicas para a Constituinte, com transporte e hospedagem de pessoas convocadas ou convidadas para debates, com publicação e divulgação dos relatórios, salários, diárias, extras, ajudas de custo e remuneração de servidores e de parlamentares, eflim, todas as despesas com a Constituinte.

"A sociedade brasileira tem o direito de saber quanto pagou pela farsa encenada até aqui" — disse Nyder Barbosa, denunciando que o relator "abandonou todas as teses aprovadas em exaustivos debates nas Subcomissões e nas Comissões Temáticas". Todo o trabalho anterior da Constituinte "foi praticamente jogado no lixo, prevalecendo, ao final, única e exclusivamente os pontos de vista do relator, Bernardo Cabral, e de seu restrito grupo de privilegiados constituintes", completou o parlamentar.

PARENTES

Tendo à mão uma cópia do projeto de Cabral anotada com caneta vermelha, Barbosa disse que ele contém falhas as mais diversas: "Ao tratar das ineligibilidades dos parentes de governadores e prefeitos, ele deixa de fora os parentes do Presidente da República. Num trabalho dessa envergadura, um detalhe desses não pode passar despercebido", observou.

Nyder Barbosa apontou ainda uma contradição no projeto de Cabral. O parágrafo 4º do artigo 6º diz que "a lei não poderá excluir do Poder Judiciário qualquer lesão ou ameaça a direitos". Já o artigo 248, que trata da reforma agrária, dá prazo de 90 dias para o juiz deferir a petição inicial de desapropriação, prevenindo a imissão imediata na posse caso a Justiça não se pronuncie. "Ora, isso é um constrangimento. Um dispositivo anula o outro".

Grupo dos 32 define mais temas

Poder Legislativo, Tributação, Educação e Aposentadoria. O Grupo dos 32, liderado pelo senador José Richa (PMDB-PR), definiu ontem propostas alternativas, nestes temas, ao texto do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM). No final da noite, o deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG) teria ainda uma conversa com o deputado Euclides Scalco (PMDB-PR), do grupo do consenso, para tentar um acordo nos dois temas mais polêmicos do substitutivo: anistia e reforma agrária.

O grupo de Richa decidiu ainda apoiar a proposta de Bernardo Cabral para a definição de idade-limite para aposentadoria: 53 anos para o homem e 48 anos para a mulher. O tempo de serviço também é o mesmo proposto por Cabral: 35 anos para o homem e 30 para a mulher.

TEMAS

No restante dos temas constitucionais o Grupo dos 32 propôs algumas modificações. O capítulo do Poder Legislativo sofreu vários reparos: a Câmara e o Senado voltam a ter sua denominação tradicional (Bernardo Cabral propõe Câmara Federal e Senado da República). A idade mínima para que um cidadão concorra à Câmara passa a ser de 21 anos (diferentemente do texto de Cabral, que propõe 18 anos). O número máximo de deputados brasileiros passa a ser, pela proposta do Grupo dos 32, 500 e cada estado poderá ter no mínimo quatro e no máximo 70 deputados.

Durante seus mandatos, os deputados não podem manter qualquer vínculo contratual com empresas públicas ou privadas. Se for dono de alguma instituição o parlamentar deve se licenciar. Um cidadão não pode se candidatar a cargo eletivo se tiver sido julgado e condenado, mesmo que sua pena tenha sido suspensa. Pela proposta de Cabral os condenados de pena suspensa poderiam se candidatar. As funções diplomáticas, vedadas pelo relator da Sistematização aos deputados, voltam a ser possíveis. O ano legislativo, pelo Grupo dos 32, passa a ter início em 1º de fevereiro.

LEONARDO MOTA

Sarney em setembro

O presidente Sarney não se alia aos defensores da tese de que deve postergar ao máximo a votação do anteprojeto da nova Constituição, para tirar partido das contradições internas e assim impor o rolo compressor do Governo para obtenção do equilíbrio no texto da Carta. Sarney não comunga dos avisos pressurosos de que a esquerda vai dominar a parte final da Constituinte, e ganhá-la no plenário. Para ele, a votação terá que ser feita nos prazos fatais, pois acredita que os mais extremados irão se perder no jogo de afirmações sob as luzes do plenário, pedindo destaques até para vírgulas malcolocadas. Assim, pelo simples racionalismo, de quem está vendo o abismo abrir-se a seus pés, os constituintes irão optar pelo que é mais justo para o País. Sob os holofotes, as esquerdas pretendem protelar os debates em plenário até fevereiro.

O Presidente da República terminou agosto com uma perspectiva otimista, conforme visão impressionista de um seu visitante de ontem. Acha que a inflação não chegará aos dois dígitos, mas se beirar os 9 por cento, como chega a admitir, o índice despencará logo depois, quando se interperarem os fatores do mercado na política de flexibilização de preços, fazendo com que sejam recalculados os produtos de consumo mais inflacionários.

O Presidente mantém a perspectiva de que os problemas do País têm solução, na medida de um entendimento entre as forças que vocalizam a sociedade. Nesse contexto estão incluídos os militares que não podem deixar de se manifestar publicamente sobre os temas que dizem respeito à sua instituição. Foi nesse modo de ler a realidade que o chefe do Governo inseriu num plano de mais absoluta normalidade a última fala do ministro do Exército.

SARNEY GANHA TEMPO

O presidente Sarney está utilizando a tática deliberada de ganhar tempo para prover as definições administrativas em alguns órgãos de importância do Governo, com o objetivo de desidratá-los das influências políticas que praticamente os paralisaram. Sarney quer dar algum tempo para que os interinos arrumem as casas que atualmente dirigem, reponham a ordem, e somente depois passem o cargo a quem irá nomear como solução definitiva.

PRISCO ATUA

Exemplo de político que não se abateu com sua preterição para ministro do Gabinete Civil, o deputado Prisco Viana está redobrando esforços para situar corretamente a política do presidente Sarney nas reuniões de cúpula da Constituinte. Como Prisco conhece a percepção os pontos de vista de quem trabalha junto por vários anos, o entrosamento fica muito difícil. Termina logo ministro. Para fazer justiça.

ANIBAL FICA EM MINAS

Ciente de que seu espaço político em Minas é tão largo quanto o de um grande sertão, o ministro Anibal Teixeira incursionou de tal forma por suas veredas nesse fim de semana que não veio a Brasília ontem para pronunciar uma conferência que tinha se comprometido.

Planalto tem emendas pró-presidencialismo

Liderados do deputado Carlos Sant'Anna vão apresentar duas propostas de presidencialismo com amplos poderes ao Congresso Nacional, elaboradas com orientação do Palácio do Planalto, para tentar mudar a tendência parlamentarista da Assembleia Nacional Constituinte. As duas propostas foram discutidas ontem em reunião no Palácio com a presença do chefe do Gabinete Civil, Costa Couto, dos deputados Carlos Sant'Anna, Luiz Henrique e José Lourenço, do chefe do SNI, Ivan de Souza Mendes, e do consultor-geral da República, Saulo Ramos.

O deputado Prisco Viana (PMDB-BA), que também participou do encontro, por sua vez, trabalha com uma emenda de sua autoria, que tem o endosso do Governo, que mantém o sistema presidencialista e institui a figura do ministro-coordenador para chefiar a ação do Governo. Ontem, Prisco discutiu sua proposta com o deputado Egídio

Ferreira Lima (PMDB-PE), do grupo parlamentarista. Por ela, o Congresso teria poder de censura ao ministro-coordenador.

O presidente José Sarney afirmou que a Constituinte não é um embate político, devendo resultar de conversações e de consenso. "A parte vencedora não deverá deixar vencidos com cicatrizes dolorosamente feridas", segundo relatou o consultor-geral da República, Saulo Ramos.

Durante os debates, disse o consultor-geral, o presidente José Sarney insistiu na tese de que as lideranças da Aliança Democrática devem lutar pela permanência do regime presidencialista.

O grupo dos parlamentaristas está próximo a um consenso sobre a fórmula ideal de parlamentarismo a ser apresentada em forma de emenda ao substitutivo do relator Bernardo Cabral. Ao final de uma reunião no gabinete do senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), o de-

putado Pimenta da Veiga (PMDB-MG) disse que a nova proposta amplia para duas as chances de o Presidente da República indicar o primeiro-ministro. Se a Câmara não aprovar o nome, deverá eleger um terceiro candidato por maioria absoluta.

A proposta foi levada ao grupo já redigida pelo senador José Fogaca (PMDB-RS), como resultado de uma série de reuniões que os parlamentaristas realizaram neste último fim-de-semana. De uma maneira geral, a ideia foi aceita pelos integrantes do grupo, porém, há divergências que ainda impedem uma definição. O senador Fogaca defende que o programa de governo do primeiro-ministro aprovado pela Câmara, após indicação do Presidente da República, receba, automaticamente, a aprovação de todos os parlamentares. Já o deputado Pimenta da Veiga quer que o programa do primeiro-ministro seja votado pela Câmara.

Pertence: sistema cria crises

O sistema de governo parlamentarista como está proposto no anteprojeto de Constituição, em mãos do relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB/AM), é uma receita de crise e poderá tornar o País ingovernável. A declaração é do Procurador-Geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence, ao manifestar-se ontem sobre duas das questões mais polêmicas do anteprojeto: o sistema de governo a ser adotado e a duração do mandato do presidente José Sarney.

Ao defender o sistema presidencialista de governo, Pertence afirmou que o parlamentarismo seria frustrante para a Nação já que, logo após as eleições, se revelaria ao povo a esco-

lha de um árbitro do sistema que iria depender dos acertos políticos para a escolha do primeiro-ministro. Enfatizando o caráter carismático das eleições presidenciais por decisão de maioria absoluta, ele afirmou que ninguém fará campanha presidencial para prometer ser chefe de Estado com equilíbrio capaz de desempenhar com independência as funções de árbitro no sistema parlamentarista. E se isso acontecesse, "teríamos a crise instalada no dia seguinte a escolha do primeiro-ministro".

Pertence lembrou que as eleições diretas para a escolha do Presidente da República foi uma bandeira mítica de todo um movimento que redundou na transição democrática, acalentada há 27 anos pela

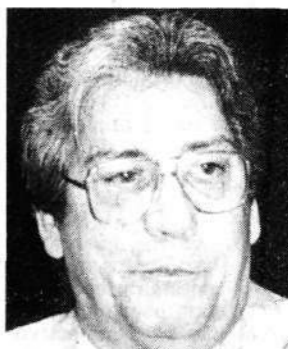
Covas reúne líderes e elogia o projeto

O senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, decidiu assumir o comando das negociações em torno dos pontos polêmicos da Constituição. Durante todo o dia de ontem, ele esteve reunido com seus vice-líderes e alguns relatores de comissões temáticas para elaborar um conjunto de emendas capaz de "adequar o substitutivo de Bernardo Cabral ao programa do partido". A noite, manteve encontro com o Grupo Consenso e hoje pretende reunir-se com representantes do bloco dos "32".

Após a avaliação preliminar feita ontem, o líder do PMDB afirmou que o projeto constitucional está "muito próximo" do conteúdo do programa do seu partido. Mesmo assim, só no primeiro dia de reunião foram elaboradas cerca de trinta emendas versando sobre diversos temas, do sistema de Governo às comunicações, da seguridade à educação. Os dispositivos relativos à reforma agrária e à anistia, considerados "razoáveis" por Covas, não serão emendados.

ALTERAÇÕES

Entre as cerca de trinta emendas redigidas ontem, a maioria atinge apenas a forma dos dispositivos, sem alterar substancialmente o mérito. Mas há propostas de conteúdo, como a que amplia para duas as possibilidades de o Presidente da República indicar o primeiro-ministro à Câmara. Só na segunda rejeição consecutiva é que o Parlamento ganharia o direito de apresentar seu próprio candidato à chefia do Governo. A ideia é do deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG).



Mário Covas

Na área das comunicações, duas novidades: o restabelecimento da exigência de diploma universitário para a profissão de jornalista e a obrigatoriedade de votação pelo Congresso das concessões de emissoras de rádio e televisão feitas pelo Poder Executivo. Atualmente, entre as cerca de trinta emendas redigidas ontem, a maioria atinge apenas a forma dos dispositivos, sem alterar substancialmente o mérito. Mas há propostas de conteúdo, como a que amplia para duas as possibilidades de o Presidente da República indicar o primeiro-ministro à Câmara. Só na segunda rejeição consecutiva é que o Parlamento ganharia o direito de apresentar seu próprio candidato à chefia do Governo. A ideia é do deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG).

Por proposta do senador Severo Gomes, a exploração mineral no País, que o projeto permite apenas às empresas nacionais, será aberta às multinacionais. Quanto à propriedade da empresa nacional, ela continua restrita aos brasileiros, mas cai a exigência de que o dono more no País. As atribuições das Forças Armadas não serão objeto de emendas. Apesar disso, Mário Covas considera dispensável o dispositivo que condiciona a autorização dos "poderes constituintes" qualquer ação militar para preservar a "ordem constitucional". Quanto à duração do mandato do presidente Sarney, a intenção do senador paulista é reduzi-lo para 4 anos. Entretanto, ele já avisou que apresentará esta emenda em nome próprio.